

Proposta

1. Proposta de alteração ao preâmbulo do projecto de decreto-lei

1.a) Preambulo proposto no projecto

A Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, estabeleceu mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral de segurança social no que respeita às condições de acesso e ao cálculo das pensões de aposentação, tendo ainda determinado a cessação da inscrição de novos subscritores na Caixa Geral de Aposentações a partir de 1 de janeiro de 2006.

O Decreto-Lei n.º 229/2005, de 29 de dezembro, procedeu à revisão dos regimes que consagravam desvios ao regime geral de aposentação em matéria de tempo de serviço, idade de aposentação, fórmula de cálculo e atualização das pensões, de forma a compatibilizá-los com a convergência acima referida.

Ficaram, porém, excluídos do âmbito do Decreto-Lei n.º 229/2005, de 29 de dezembro, entre outros, os militares das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana (GNR), bem como o pessoal militarizado da Marinha, da Polícia Marítima e do Exército.

O Decreto-Lei n.º 55/2006, de 15 de março, veio estabelecer, relativamente aos funcionários e agentes e demais pessoal abrangido pelo n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, que inicie funções a partir de 1 de janeiro de 2006, que o acréscimo de encargos resultante da aplicação de regimes mais favoráveis por referência ao regime geral de aposentação é suportado por verbas inscritas nos orçamentos dos serviços e organismos a que aqueles se encontram vinculados ou das correspondentes entidades empregadoras.

Posteriormente, verificou-se uma continuidade do esforço de convergência das condições de acesso e de cálculo das pensões de aposentação do regime de proteção social convergente, assim denominado pela Lei n.º 4/2009, de 29 de janeiro, em substituição do regime de proteção social da função pública, com o regime geral de segurança social que, entretanto, foi sujeito a diversas reformas no que respeita à fórmula de cálculo, com vista à sua sustentabilidade financeira.

Por seu turno, os Estatutos Profissionais do pessoal não abrangido pelo Decreto-Lei n.º 229/2005, de 29 de dezembro, continuaram a prever normas específicas de acesso à pensão de aposentação ou de reforma distintas face às constantes na Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, e no regime geral de segurança social, quer no que respeita à idade de acesso à pensão, como no que respeita ao cálculo e à penalização por antecipação.

Com efeito, os estatutos profissionais do pessoal militar e militarizado continuam a prever idades de acesso à pensão de reforma inferiores à idade normal de acesso à pensão de aposentação ou à pensão de velhice do regime de proteção social convergente ou do regime geral de segurança social, respetivamente, que é atualmente idêntica.

No que respeita ao cálculo da pensão de reforma, os referidos estatutos profissionais continuam a conter regras que preveem o cálculo da pensão sem redução do seu montante, correspondente a uma percentagem aplicada por cada mês de antecipação face à idade normal de acesso à pensão, mantendo a aplicação da fórmula de cálculo que incorpora o fator de sustentabilidade. Daqui resulta uma penalização para estes profissionais, na medida em que, por razões estatutárias, podem ser obrigados a reformar-se antes da idade, sem que estejam isentos da aplicação da fórmula de cálculo que incorpora aquele fator.

Atualmente, ao pessoal militar e militarizado que não se encontre abrangido por normas de salvaguarda aplica-se a fórmula de cálculo do regime convergente ou do regime geral de segurança social em vigor, ou seja, com o fator de sustentabilidade, consoante sejam subscritores da Caixa Geral de Aposentações ou se encontrem inscritos no Regime Geral de Segurança Social.

Se é certo que a existência de especificidades relativamente ao regime de convergência e ao regime geral de segurança social se justifica em razão das condições em que as funções militares e militarizadas são exercidas pelos respetivos profissionais, no que respeita à permanente disponibilidade e ao especial risco e perigosidade que lhes está associado, importa, contudo, proceder a uma uniformização das condições e das regras de atribuição e de cálculo das pensões de reforma e de pensão de velhice entre os militares das Forças Armadas, da Guarda Nacional Republicana e o pessoal militarizado abrangidos pelo regime de proteção social convergente ou pelo regime geral de segurança social. Considera-se, sem prejuízo da salvaguarda de direitos, que a uniformização das condições e das regras de atribuição e de cálculo das pensões de reforma devem constar de um único diploma legal, que agora se aprova, não integrando os respetivos estatutos e legislação específica, uma vez que se trata de matéria específica que não integra o âmbito das relações laborais.

Sendo as especificidades supracitadas decorrentes das especiais condições de exercício da atividade pelos militares e pessoal militarizado, as quais determinam exceções no que respeita às condições de acesso e de cálculo das pensões de

reforma e pensão de velhice, importa reconhecer a justeza destas diferenças através da aplicação na idade de acesso à pensão, estabelecida no presente diploma, da fórmula de cálculo aplicável à idade normal de reforma do regime convergente ou do regime geral de segurança social, e regular o financiamento dos encargos decorrentes destas exigências profissionais no regime de proteção social convergente e no regime geral.

Exercendo funções de soberania e de segurança interna do Estado, justifica-se que o encargo com os militares e pessoal militarizado quando inscritos no regime geral de segurança social recaia sobre todos os cidadãos, o que faz com que o seu financiamento seja assegurado integralmente por transferências do Orçamento do Estado para o Orçamento da Segurança Social até à idade normal de reforma e que, atingida essa idade, a parcela que distingue o montante de pensão dos militares e pessoal militarizado face aos restantes trabalhadores inscritos no regime geral de segurança social, designada de complemento de pensão, seja igualmente assegurada por transferências do Orçamento do Estado para o Orçamento da Segurança Social.

Nestes termos, o presente decreto-lei estabelece o regime específico de acesso e de cálculo das pensões de reforma e pensão de velhice do pessoal militar e militarizado, identificando as regras e os encargos a suportar pelo Orçamento do Estado, bem como a forma de financiamento desses encargos do regime de proteção social convergente e do regime geral de segurança social.

Acresce a estes factos que aos militares da Guarda Nacional Republicana abrangidos pelos regimes transitórios de passagem à reserva e à reforma, os n.ºs 6 e 7 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 214-F/2015, de 2 de outubro previram em determinadas condições a fórmula de cálculo vigente em 31 de dezembro de 2005, determinando àqueles militares, não só o recálculo das suas pensões, mas o pagamento de retroativos. Tendo, no entanto, em consideração os constrangimentos orçamentais e o interesse público do equilíbrio orçamental, que não foi levado em consideração pelo Decreto-Lei n.º 214-F/2015, de 2 de outubro, estabelece-se o pagamento faseado destes retroativos, atenuando, assim, o impacto orçamental da medida.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, e no Decreto-Lei n.º 55/2006, de 15 de março, no desenvolvimento do artigo 10.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-lei n.º 90/2015, de 29 de maio, e nos termos das alíneas a) e c) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte

1. b) Proposta de alteração ao preâmbulo do projecto

Em 2005, no âmbito da reforma do sistema de protecção social da administração pública, para o desencadear desse ajustamento, foram publicadas como orientações a observar as Resoluções do Conselho de Ministros n.º 110/2005 e n.º 111/2005, ambas de 30 de Junho.

Justificação:

A legislação que foi publicada seguiu as orientações definidas nestes dois documentos.

A Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, estabeleceu mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral de segurança social no que respeita às condições de acesso e ao cálculo das pensões de aposentação, tendo ainda determinado a cessação da inscrição de novos subscritores na Caixa Geral de Aposentações a partir de 1 de janeiro de 2006.

O Decreto-Lei n.º 229/2005, de 29 de dezembro, procedeu à revisão dos regimes que consagravam desvios ao regime geral de aposentação em matéria de tempo de serviço, idade de aposentação, fórmula de cálculo e atualização das pensões, de forma a compatibilizá-los com a convergência acima referida.

Ficaram, porém, excluídos do âmbito do Decreto-Lei n.º 229/2005, de 29 de dezembro, entre outros, os militares das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana (GNR), bem como o pessoal militarizado da Marinha, da Polícia Marítima e do Exército, *por terem sido publicados diplomas próprios que procederam aos ajustamentos estatutários determinados nas Resoluções do Conselho de Ministros n.º 110/2005 e n.º 111/2005, ambas de 30 de Junho.*

Como a legislação que procedeu à revisão dos regimes especiais que consagram desvios às regras do Estatuto da Aposentação de reserva e pré-aposentação, assim como da reforma e aposentação dos grupos acima referidos, foi publicado o Decreto-Lei n.º 159/2005, de 20 de Setembro, para os militares da GNR, Decreto-Lei n.º 166/2005, de 23 de Setembro, para os militares das Forças Armadas, Decreto-Lei n.º 219/2005, de 23 de Dezembro, para o pessoal militarizado da Marinha, o Decreto-Lei n.º 220/2005, de 23 de Dezembro, para o pessoal militarizado da Polícia Marítima e o Decreto-Lei n.º 221/2005, de 23 de Dezembro, para o pessoal militarizado do Exército.

RESERVADO

Posteriormente foi publicado o Decreto-Lei n.º 239/2006, de 22 de Dezembro, diploma que visou a clarificação dos textos normativos dos Decretos-Leis n.º 159/2005, de 20 de Setembro, e 166/2005, de 23 de Setembro, prevista no presente decreto-lei, fazendo uma interpretação autêntica nos termos do artigo 13.º do Código Civil, visando garantir a correcta e uniforme aplicação e a estabilização das expectativas dos militares da Guarda Nacional Republicana e das Forças Armadas.

Justificação:

Existe jurisprudência que expressamente refere que os diplomas publicados para os grupos excluídos do DL 229/2005, têm a mesma legitimidade que aquele diploma.

Também se pode verificar essa conformidade com o constante no Relatório e Contas de 2005 da CGA, pág. 4.

Importa referir, para dissipar dúvidas, que o Decreto-Lei n.º 239/2005, de 22 de Dezembro surge como resultado do Despacho n.º 1107/06/MEF, de 20.11.2006 do Ministro de Estado e das Finanças, exarado na Nota de 20.11.2006 do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública.

O Decreto-Lei n.º 55/2006, de 15 de março, veio estabelecer, relativamente aos funcionários e agentes e demais pessoal abrangido pelo n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, que inicie funções a partir de 1 de janeiro de 2006, que o acréscimo de encargos resultante da aplicação de regimes mais favoráveis por referência ao regime geral de aposentação é suportado por verbas inscritas nos orçamentos dos serviços e organismos a que aqueles se encontram vinculados ou das correspondentes entidades empregadoras.

Posteriormente, verificou-se uma continuidade do esforço de convergência das condições de acesso e de cálculo das pensões de aposentação do regime de proteção social convergente, assim denominado pela Lei n.º 4/2009, de 29 de janeiro, em substituição do regime de proteção social da função pública, com o regime geral de segurança social que, entretanto, foi sujeito a diversas reformas no que respeita à fórmula de cálculo, com vista à sua sustentabilidade financeira.

Por seu turno, nos Estatutos Profissionais do pessoal não abrangido pelo Decreto-Lei n.º 229/2005, de 29 de dezembro, conforme preconizado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2005 e 111/2005, de 30 de Junho, as alterações seriam objecto de inserção nos normativos referentes à reserva e à reforma, respeitante aos militares das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana, e da pré-aposentação e aposentação relativamente aos restantes, e, à semelhança dos restantes grupos, foram criadas normas transitórias específicas de acesso à pensão de aposentação ou de reforma distintas face às constantes na Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, e no regime geral de segurança social, quer no que respeita à idade de acesso à pensão, e no que respeita ao cálculo.

Justificação:

Estas alterações destinam-se a esclarecer que o DL 229/2005, embora exclua os grupos ora em análise, não pode ser entendido como não existindo nenhum regime transitório específico. Toda a legislação publicada, derivado da especificidade da negociação, embora publicada antes da Lei 60/2005 e do DL 229/2005, foi como corolário das RCM 110/2005 e RCM 111/2005, ambas de 30 de Junho.

Conforme se retira do art.º 3.º, n.º 3 do DL 159/2005 (GNR), art.º 3.º, n.º 6 do DL 166/2005 (FFAA) é garantida a passagem à reforma, sem redução de pensão, nos termos vigentes até 31 de Dezembro de 2005, aos militares que completem cinco anos, seguidos ou interpolados, na situação de reserva e do art.º 3.º/5 do DL 220/2005 (PM) é garantida a passagem à aposentação sem redução da pensão, nos termos vigentes em 31 de Dezembro de 2005, aos militarizados da Polícia Marítima que completem, seguida ou interpoladamente, cinco anos na situação de pré-aposentação fora da efetividade de serviço

Com efeito, no caso particular da Guarda Nacional Republicana, entende-se que, tendo em conta, por um lado, a especial penosidade e o desgaste que implica o desempenho das respectivas funções e, por outro, as condições físicas necessárias ao cumprimento da missão e para os militares das Forças Armadas por constituírem um corpo especial de cujas características particulares se salientam a subordinação ao interesse nacional, a permanente disponibilidade para o serviço, a restrição do exercício de certos direitos e liberdades e a sujeição aos riscos inerentes ao cumprimento das missões militares, bem como à formação, instrução e treino, tanto em tempo de paz como em conflito. Daqui decorre a necessidade da sua subordinação a um regime específico em matéria de tempo de serviço e de idade de reserva e de reforma, os estatutos profissionais do pessoal militar e militarizado continuam a prever idades de acesso à pensão de reforma inferiores à idade normal de acesso à pensão de aposentação ou à pensão de velhice do regime de proteção social convergente ou do regime geral de segurança social, respetivamente, que é atualmente idêntica.

Justificação:

As alterações inseridas foram extraídas dos preâmbulos dos Decretos-Lei n.º 159/2005, de 20 de setembro, e n.º 166/2005, de 23 de setembro, como justificação para, após a alteração nas normas estatutárias operadas, subsistir a

RESERVADO

diferenciação de idades. Refere-se que para os militares das Forças Armadas e da GNR existe uma parte específica no Estatuto da Aposentação que versa sobre a reserva e a reforma, Título II.

No que respeita aos militares das Forças Armadas e da GNR por se encontrarem abrangidos por regimes transitórios e estatutários especiais, nomeadamente pelo Decreto-Lei nº 159/2005, de 20 de Setembro, pelo Decreto-Lei nº 166/2005, de 23 de Setembro, pelo Decreto-Lei nº 239/2006, de 22 de Dezembro, pelo artº 285º do Decreto-Lei nº 297/2009, de 14 de Outubro, Estatuto do Militar da Guarda Nacional Republicana, pelo artº 9º do Decreto-Lei nº 90/2015, de 29 de Maio e pelo Decreto-Lei nº 214-F/2015, de 02 de Outubro, continuam vigentes as regras para o cálculo da pensão de reforma sem qualquer factor de redução. Por outro lado para aqueles que não sejam abrangidos pelos regimes transitório importa definir as regras para o seu cálculo, interligando as normas estatutárias revistas, caso das Forças Armadas, ou em revisão, caso da GNR, respeitando-se a especificidade da condição e natureza militar sem que tal resulte uma penalização para estes profissionais em que, por razões estatutárias, podem ser obrigados a reformar-se antes da idade, sem que estejam isentos da aplicação da fórmula de cálculo que incorpora aquele fator.

Justificação:

Salienta-se que actualmente, quem está a passar à reserva e reforma, fá-lo ao abrigo dos regimes transitórios de 2005, pelo que se torna fundamental a sua inserção, tal como os proponentes fizeram-no anteriormente para os diplomas que alteram os regimes de cálculo das pensões de aposentação.

Atualmente, ao pessoal militar e militarizado que não se encontre abrangido pelos regimes transitórios anteriormente referidos, aplica-se a fórmula de cálculo do regime convergente ou do regime geral de segurança social em vigor, ou seja, com o fator de sustentabilidade, consoante sejam subscritores da Caixa Geral de Aposentações ou se encontrem inscritos no Regime Geral de Segurança Social.

Justificação:

A alteração proposta visa afastar dúvidas, pois os regimes transitórios são o que existe à entrada em vigor deste diploma, os quais passam a ter normas de salvaguarda.

Se é certo que a existência de especificidades relativamente ao regime de convergência e ao regime geral de segurança social se justifica em razão das condições em que as funções militares e militarizadas são exercidas pelos respetivos profissionais, no que respeita à permanente disponibilidade e ao especial risco e perigosidade que lhes está associado, importa, contudo, proceder a uma uniformização das condições e das regras de atribuição e de cálculo das pensões de reforma e de pensão de velhice entre os militares das Forças Armadas, da Guarda Nacional Republicana e o pessoal militarizado abrangidos pelo regime de proteção social convergente ou pelo regime geral de segurança social. Considera-se, sem prejuízo da salvaguarda de direitos, que a uniformização das condições e das regras de atribuição e de cálculo das pensões de reforma devem constar de um único diploma legal, que agora se aprova, complementares aos respetivos estatutos e legislação específica.

Justificação:

Entendemos que o presente diploma deve ser entendido como complementar e ao Estatuto do militar, por outro lado, nos termos da Lei nº 35/2014, de 20 Junho, (embora esta lei exclua a sua aplicação às Forças Armadas e à Guarda Nacional Republicana, a mesma deve ser entendida e complementar ao regime associativo) conforme artº 15º e 350º, a matéria ora em análise integra, entre outras, o regime de protecção social convergente.

Sendo as especificidades supracitadas decorrentes das especiais condições de exercício da atividade pelos militares e pessoal militarizado, as quais determinam exceções no que respeita às condições de acesso e de cálculo das pensões de reforma e pensão de velhice, importa reconhecer a justeza destas diferenças através da aplicação na idade de acesso à pensão, estabelecida no presente diploma, da fórmula de cálculo aplicável à idade normal de reforma do regime convergente ou do regime geral de segurança social, e regular o financiamento dos encargos decorrentes destas exigências profissionais no regime de proteção social convergente e no regime geral.

Exercendo funções de soberania e de segurança interna do Estado, justifica-se que o encargo com os militares e pessoal militarizado quando inscritos no regime geral de segurança social recaia sobre todos os cidadãos, o que faz com que o seu financiamento seja assegurado integralmente por transferências do Orçamento do Estado para o Orçamento da Segurança Social até à idade normal de reforma e que, atingida essa idade, a parcela que distingue o montante de pensão dos militares e pessoal militarizado face aos restantes trabalhadores inscritos no regime geral de segurança social, designada de complemento de pensão, seja igualmente assegurada por transferências do Orçamento do Estado para o Orçamento da Segurança Social.

Nestes termos, o presente decreto-lei estabelece o regime específico de acesso e de cálculo das pensões de reforma e pensão de velhice do pessoal militar e militarizado, identificando as regras e os encargos a suportar pelo Orçamento do

RESERVADO

Estado, bem como a forma de financiamento desses encargos do regime de proteção social convergente e do regime geral de segurança social.

Acresce a estes factos que aos militares da Guarda Nacional Republicana abrangidos pelos regimes transitórios de passagem à reserva e à reforma, os n.ºs 6 e 7 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 214-F/2015, de 2 de outubro previram em determinadas condições a fórmula de cálculo vigente em 31 de dezembro de 2005, determinando o n.º 8 *daquele artigo* que àqueles militares, *fosse procedido ao recálculo das suas pensões, com efeitos retroativos à data do cálculo da pensão de reforma, o que nunca foi efectuado pela Caixa Geral de Aposentações.*

Justificação:

Importa distinguir a origem e necessidade da publicação do Decreto-Lei n.º 214-F/2015, de 2 de outubro, das suas causas.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido *pelo Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro*, pela Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, e no Decreto-Lei n.º 55/2006, de 15 de março, no desenvolvimento do artigo 10.º *do Decreto-lei n.º 90/2015, de 29 de maio, que aprovou o* do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, *no desenvolvimento do artº 260º do Decreto-Lei nº XXX/2016, de (dia) de (mês) que aprovou o* Estatuto do Militar da Guarda Nacional Republicana e nos termos das alíneas a) e c) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Justificação:

As inserções propostas destinam-se a integrar os dois principais grupos de militares a quem se aplicam as regras de reforma e aposentação. Por um lado o regime do Estatuto da Aposentação e por outro o regime convergente e o do regime geral da segurança social

No que se refere às Forças Armadas o que determina a elaboração da presente legislação é o artº 10º do diploma e não do EMFAR, por outro lado, norma idêntica encontra-se no artº 260º do projecto de EMGMR em discussão, pelo que se propõe desde já, caso haja simultaneidade de publicação.

./

2. Proposta de alteração ao art.º 2º

2. a) Redacção proposta no projecto

Artigo 2.º

Cálculo da Pensão

1 – No âmbito do regime convergente, as pensões de reforma dos militares e militarizados referidos no artigo anterior são calculadas nos seguintes termos:

a) As pensões dos militares e militarizados inscritos na Caixa Geral de Aposentações, I.P. (CGA) até 31 de agosto de 1993 são calculadas de acordo com o disposto no artigo 5.º da Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, republicada pela Lei n.º 11/2008, de 20 de fevereiro, e alterada pelas Leis n.os 66-B/2012, de 31 de dezembro, e 11/2014, de 6 de março;

b) As pensões dos militares e militarizados inscritos na CGA após 31 de agosto de 1993 são fixadas de acordo com as regras aplicáveis ao cálculo das pensões de velhice do regime geral de segurança social.

2 – -----.

3 – -----.

4 – Aos militares e militarizados a que se refere o artigo anterior, abrangidos pelo regime geral, é atribuído um complemento de pensão que corresponde à diferença entre o valor da pensão calculada nos termos da alínea a) do n.º 1 e o valor da pensão calculada nos termos do n.º 2 do presente artigo.

5 - Para efeitos de aplicação, às pensões calculadas nos termos dos n.os 1 e 2, do fator de sustentabilidade e do fator de redução por antecipação da idade previstos no regime convergente e no regime geral, considera-se que a idade de acesso às pensões de reforma e à pensão de velhice dos militares e militarizados, adiante designada idade de acesso, corresponde à idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral aplicável em cada ano, reduzida em 6 anos, pelo que:

a) Às pensões atribuídas após o militar ou o militarizado ter completado a idade de acesso não são aplicáveis aqueles fatores;

RESERVADO

b) Às pensões atribuídas antes de o militar ou o militarizado ter completado a idade de acesso são aplicados ambos os factores.

6 – -----.

2. b) Nossa proposta de Redacção ao:

Artigo 2.º

Cálculo da Pensão

1 – No âmbito do regime convergente, as pensões de reforma dos militares e militarizados referidos no artigo anterior são calculadas nos seguintes termos:

a) *As pensões dos militares e militarizados abrangidos pelos regimes transitórios em vigor à data da entrada em vigor do presente diploma, independentemente do momento em que venham a passar à reforma, são calculados de acordo com o previsto no artigo seguinte, salvaguarda de direitos;*

b) *As pensões dos militares e militarizados, não abrangidos pela alínea anterior são calculadas:*

i) *Inscritos na Caixa Geral de Aposentações, I.P. (CGA) até 31 de agosto de 1993 são calculadas de acordo com o disposto no artigo 5.º da Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, republicada pela Lei n.º 11/2008, de 20 de fevereiro, e alterada pelas Leis n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e 11/2014, de 6 de março;*

ii) *As pensões dos militares e militarizados inscritos na CGA após 31 de agosto de 1993 são fixadas de acordo com as regras aplicáveis ao cálculo das pensões de velhice do regime geral de segurança social.*

2 – -----.

3 – -----.

4 – Aos militares e militarizados a que se refere o artigo anterior, abrangidos pelo regime geral, é atribuído um complemento de pensão que corresponde à diferença entre o valor da pensão calculada nos termos da alínea b) i) do n.º 1 e o valor da pensão calculada nos termos do n.º 2 do presente artigo.

5 - Para efeitos de aplicação, às pensões calculadas nos termos dos n.ºs 1 b) e 2, do fator de sustentabilidade e do fator de redução por antecipação da idade previstos no regime convergente e no regime geral, considera-se que a idade de acesso às pensões de reforma e à pensão de velhice dos militares e militarizados, adiante designada idade de acesso, corresponde à *idade prevista nas disposições estatutárias ou à idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral reduzida em 6 anos se a primeira for superior à esta última, pelo que:*

a) *Às pensões atribuídas nos termos da alínea a) do n.º 1 não são aplicados quaisquer factores de redução;*

b) *Às pensões atribuídas nos termos da alínea b) do n.º 1, após o militar ou o militarizado ter completado cinco anos na situação de reserva fora da efectividade de serviço ou a idade de acesso não são aplicáveis aqueles factores;*

c) *Às pensões atribuídas antes de o militar ou o militarizado ter completado cinco anos na reserva fora da efectividade de serviço ou a idade de acesso são aplicados ambos os factores.*

6 – -----.

Justificação:

A inserção da alínea a) do n.º 1 pretende integrar um grupo de beneficiários que estavam a ser excluídos do âmbito deste diploma.

A inserção no n.º 5 da idade estatutária deriva da existência de limites de idade estatutários, evitando-se desse modo incongruência no sistema, assim como a conjugação desses dois factores, idade estatutária, tempo na reserva e idade de acesso, permitindo desse modo uma gestão pessoal de acordo com os normativos aplicáveis

3. Proposta de alteração ao art.º 3.º

3. a) Redacção proposta no projecto:

Artigo 3.º

Salvaguarda de direitos

1 – Encontram-se abrangidos pela salvaguarda de direitos os seguintes militares:

a) -----;

RESERVADO

b) Os militares da Guarda Nacional Republicana que, em 31 de dezembro de 2006, tinham, pelo menos, 36 anos de tempo de serviço militar, bem como os que, tendo em 31 de dezembro de 2005, pelo menos, 20 anos de tempo de serviço militar, tenham passado à reserva ou à reforma até 31 de dezembro de 2016 ou venham a passar à reforma após terem completado a idade de acesso prevista no n.º 5 do artigo 2.º;

c) Pessoal referido no n.º 1 do artigo 1.º que, em 31 de dezembro de 2005, tinha, pelo menos, 60 anos de idade e 36 anos de tempo de serviço militar.

2 – A pensão dos militares abrangidos pela salvaguarda de direitos é calculada de acordo com as seguintes fórmulas, em vigor em 31 de dezembro de 2005:

a) As pensões dos militares inscritos na CGA até 31 de agosto de 1993 são calculadas de acordo com o disposto no Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, com a redação da Lei n.º 1/2004, de 15 de janeiro;

b) As pensões dos militares inscritos na CGA após 31 de agosto de 1993 são fixadas de acordo com as regras aplicáveis ao cálculo das pensões de velhice do regime geral de segurança social, salvo se da aplicação do artigo anterior resultar um valor de pensão mais favorável, caso em que é essa a fórmula a aplicar.

3 – Às pensões calculadas nos termos do número anterior não é aplicado o fator de redução por antecipação da idade.

4 – A CGA procede oficiosamente, no prazo de 90 dias a contar da data de entrada em vigor do presente decreto-lei, com efeitos retroativos à data da passagem à reforma, à revisão das pensões de reforma dos militares da Guarda Nacional Republicana abrangidos pela salvaguarda de direitos que tenham passado à reforma anteriormente à data de entrada em vigor do presente decreto-lei, para aplicação do disposto nos n.º 2 e 3.

5 - O ato de revisão da pensão previsto no número anterior é notificado ao pensionista, podendo ser objeto de impugnação, nos termos gerais.

6 – A revisão da pensão é realizada de forma integralmente automatizada, circunscrevendo-se à alteração do valor mensal da pensão, sem implicações no tempo de serviço inicialmente contado.

7 – O direito aos retroativos devidos em consequência da operação de revisão da pensão prevista no n.º 4 vence-se nos seguintes termos:

a) 25% no dia 31 de janeiro de 2017;

b) 25% no dia 31 de janeiro de 2018;

c) 25% no dia 31 de janeiro de 2019;

d) 25% no dia 31 de janeiro de 2020.

3. b) Nossa proposta de Redacção ao:

Artigo 3.º

Salvaguarda de direitos

1 - Encontram-se abrangidos pela salvaguarda de direitos os seguintes militares:

a) -----

b) Os militares da Guarda Nacional Republicana que, em 31 de dezembro de 2006, tinham, pelo menos, 36 anos de tempo de *serviço*, bem como os que, tendo em 31 de dezembro de 2005, pelo menos, 20 anos de tempo de *serviço*, tenham passado à reserva ou à reforma até 31 de dezembro de 2016 ou venham a passar à reforma após terem completado *cinco anos na reserva fora da efectividade de serviço* ou a idade de acesso prevista no n.º 5 do artigo 2.º;

2 – A pensão dos militares abrangidos pela salvaguarda de direitos é calculada de acordo com as seguintes fórmulas, em vigor em 31 de dezembro de 2005:

a) As pensões dos militares *que tenham passado à reforma ou à reserva ao abrigo dos regimes transitórios e estatutários especiais, nomeadamente pelo Decreto-Lei n.º 159/2005, de 20 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 166/2005, de 23 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 239/2006, de 22 de Dezembro, pelo art. 285.º do Decreto-Lei n.º 297/2009, de 14 de Outubro, Estatuto do Militar da Guarda Nacional Republicana, pelo art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de Maio e pelo Decreto-Lei n.º 214-F/2015, de 02 de Outubro, ou que possuam as condições à data da entrada em vigor do presente diploma, independentemente do momento em que passem à reforma* são calculadas de acordo com o disposto no art.º 53.º do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, com a redação da Lei n.º 1/2004, de 15 de janeiro, *excepto para os*

RESERVADO

militares com pensão já fixada pela CGA, calculada, em valor superior, pela fórmula prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do presente decreto -lei;

- b) *As pensões dos militares inscritos na CGA após 31 de agosto de 1993, que não se enquadrem na alínea anterior, são fixadas de acordo com as regras aplicáveis ao cálculo das pensões de velhice do regime geral de segurança social, salvo se da aplicação do artigo anterior resultar um valor de pensão mais favorável, caso em que é essa a fórmula a aplicar.*

3 – *Às pensões calculadas nos termos do número anterior não é aplicado o fator de redução por antecipação da idade, nomeadamente o constante no artº 37-A do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, com a redação da Lei n.º 1/2004, de 15 de janeiro, nem o factor de sustentabilidade previstos no regime convergente e no regime geral.*

4 - -----

5- -----

6- *Se do recálculo da pensão não houver lugar a indemnização por contagem de tempo de serviço, mas a mesma já tenha sido paga, é devolvida a importância cobrada, acrescida dos juros de mora à taxa legal, ou se encontre a ser paga é de imediato suspensa*

7 – *No prazo máximo de 180 dias, após a publicação do presente diploma, as pensões de sobrevivência atribuídas, são recalculadas, tendo como base o recálculo das pensões de reforma dos militares falecidos.*

Justificação:

1 – *A eliminação em 1 b) da palavra **militar** após o tempo de serviço, segue na congruência de sistematização, quanto ao tempo de serviço para passar à reserva existente ainda hoje, quer estatutariamente, quer na legislação transitória de 2005, sendo que muitos militares passaram à reforma com o tempo de serviço previsto, assim como a grande maioria dos militares que se encontram na reserva foi-lhes contado todo o tempo de serviço e para aqueles que se encontram no activo, mas que podem ser abrangidos pelas disposições dos regimes transitórios, alterar o regime de contagem tempo de serviço para tempo de serviço militar, vai defraudar as expectativas e as regras existentes anteriormente.*

Para além disso muitos militares, que se encontram na reserva, por via da idade e do tempo de serviço fora da efectividade de serviço deixam de ter condições para passar à reforma, senão atente-se no constante no n.º 4 do artº 5º.

2 – *Em 2 a) a inserção dos regimes transitórios aplicáveis deve-se a que foi ou é esse regime aplicado, quer na passagem à reserva, quer na passagem à reforma, dissipando-se eventuais dúvidas quanto ao regime aplicado e aplicável. Para além disso a inserção do artº 53º do EAp e da cláusula in fine visa evitar a existência de recálculos com valores inferiores.*

Em 2 b) afasta pela positiva alguns militares que possam ter sido inscritos na CGA depois de 31 de Agosto de 1993, mas que em 31.12.2005 já possuíam 20 anos de serviço, e não 20 anos de serviço militar como agora se pretende alterar.

3 – *A inserção expressa no n.º 3 do artº 37-A do EAp visa evitar, alterando a redacção proposta enviada, evita que no futuro possa ser efectuada uma leitura diferente da pretendida pelo legislador, a qual leve à aplicação do factor de redução de pensão pelo facto da passagem à reserva ser considerada como voluntária e não estatutária.*

4 – *A eliminação do n.º 6 proposto deve-se a que, se o cálculo da pensão tivesse sido efectuado corretamente, tal como aconteceu para as Forças Armadas, era levado em linha de conta todos os factores, tempo de serviço, anos totais de quotas e valores calculados de indemnizações por contagem de tempo de serviço ou de acréscimos*

5 – *Eliminado o n.º 7 por os pensionistas não serem responsáveis pela aplicação errónea da lei ou em alternativa inserir norma para pagamento das importâncias devidas no prazo máximo de 3 meses após a notificação constante em 5, mas prevendo que os retroactivos sejam pagos com juros de mora à taxa legal, desde as datas em que a pensão foi paga, até às datas de vencimento e, em caso de óbito dos beneficiários, o direito ao pagamento de retroactivos e juros de mora inclui-se na respectiva herança.*

6 – *A inserção deste novo n.º 6 destina-se a ficar especificado no diploma o que fazer quanto aos cálculos erróneos efectuados na contagem de tempo de serviço.*

7.- *A inserção de um novo n.º 7 deve-se a que existem pensões de sobrevivência que foram calculadas erroneamente, tendo como referencia a pensão de reforma*

4. Proposta de alteração ao art.º 6.º

4. a) Redacção proposta no projecto:

RESERVADO

Artigo 6.º

Compatibilização dos regimes de reserva

1 - Podem permanecer na reserva até completarem a idade de acesso à reforma prevista no n.º 5 do artigo 2.º os militares das Forças Armadas e os militares da Guarda Nacional Republicana que venham a passar àquela situação:

- a) Voluntariamente nos termos dos Estatutos, por terem completado a idade e o número de anos de serviço;
- b) Voluntariamente, Com, pelo menos, 55 anos de idade, independentemente do tempo de serviço, desde que tivessem, em 31 de dezembro de 2005, pelo menos, 20 anos de tempo de serviço militar.

2 - Podem permanecer na reserva até completarem a idade de acesso à reforma prevista no n.º 5 do artigo 2.º os militares das Forças Armadas e os militares da Guarda Nacional Republicana que tenham passado ou venham a passar àquela situação, obrigatoriamente por imposição estatutária, designadamente por atingirem o tempo máximo de permanência no posto.

3 – Os militares das Forças Armadas e os militares da Guarda Nacional Republicana que tenham transitado voluntariamente para a reserva até 31 de dezembro de 2016, e que estejam incluídos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 3.º, permanecem nessa situação até completarem os 5 anos previstos estatutariamente para o tempo de permanência na reserva, passando à reforma nos termos previstos no artigo 3.º.

4 – Os militares das Forças Armadas e os militares da Guarda Nacional Republicana que tenham transitado voluntariamente para a reserva até 31 de dezembro de 2016, e que não estejam incluídos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 3.º, permanecem nessa situação até completarem os 5 anos previstos estatutariamente para o tempo de permanência na reserva, passando à licença ilimitada.

5 -

6 –

a);

b)

4. b) Nossa proposta de Redacção ao:

Artigo 6.º

Compatibilização dos regimes de reserva

1 - Podem permanecer na reserva até completarem a idade de acesso à reforma prevista no n.º 5 do artigo 2.º os militares das Forças Armadas e os militares da Guarda Nacional Republicana que *tenham passado ou* venham a passar àquela situação:

- a) *Nos termos dos regimes transitórios ou dos Estatutos, por terem completado a idade e ou o número de anos de serviço;*
- b) *Com, pelo menos, 55 anos de idade, independentemente do tempo de serviço, desde que tivessem, em 31 de dezembro de 2005, pelo menos, 20 anos de tempo de serviço.*

2 -

3 –

4 –

5 -

6 –

a);

b)

Justificação:

1 – A inserção do *tenham passado* permite evitar que a grande maioria dos militares que se encontrem na reserva, como possuem idade inferior à idade de acesso à reforma, presentemente de 60 anos e 2 meses, não sejam abrangidos pelo nº4.

2 - Substitui-se o tempo de serviço militar pelo tempo de serviço.

3 – *Eliminação do termo voluntariamente, no nº1, a) e nº 1, b), porquanto o acto pessoal decisional deriva das disposições estatutárias.*

5. Proposta de alteração ao art.º 7º

5. a) Redacção proposta no projecto:

Artigo 7.º

Prevalência

1 - O disposto no presente decreto-lei tem carácter imperativo, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, gerais ou especiais, nomeadamente estatutárias, em sentido contrário, designadamente as que tenham incidência na idade de acesso e no cálculo da pensão de reforma, no regime convergente, e da pensão de velhice ou de invalidez, no regime geral, não podendo ser afastado ou modificado pelas mesmas.

2 – O disposto no presente decreto-lei não afasta as regras relativas às bonificações do tempo de serviço legalmente previstas para efeitos de cálculo da pensão de reforma

5. a) *Nossa proposta de Redacção ao:*

Artigo 7.º

Prevalência

1 – Da aplicação do presente decreto-lei não poderá, em caso algum, resultar a fixação de uma pensão inferior à que devida nos termos do disposto no Decreto-lei nº 159/2005, de 20 de setembro e do Decreto-lei nº 297/2009 de 14 de Outubro e Declaração de Rectificação nº 92/2009, de 27 de Novembro.

2- O disposto no presente decreto-lei tem carácter imperativo, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, gerais ou especiais, nomeadamente estatutárias, em sentido contrário, designadamente as que tenham incidência na idade de acesso e no cálculo da pensão de reforma, no regime convergente, e da pensão de velhice ou de invalidez, no regime geral, não podendo ser afastado ou modificado pelas mesmas.

3 – O disposto no presente decreto-lei não afasta as regras relativas às bonificações do tempo de serviço legalmente previstas para efeitos de cálculo da pensão de reforma

6. Proposta de alteração ao art.º 7º

6. a) Redacção proposta no projecto:

Artigo 8.º

Norma revogatória

1 - É revogado o Decreto-Lei n.º 214-F/2015, de 2 de outubro.

2 – A revogação prevista no número anterior não tem efeitos repristinatórios.

6. b) *Nossa proposta de Redacção ao:*

Artigo 8.º

Norma revogatória

Artigo 8.º **Norma revogatória**

1 - -----.

2 – É revogado o artº 9º do Decreto-Lei nº 90/2015, de 29 de maio.

Justificação:

A inserção deste novo nº 2 destina-se a revogar normas idênticas às constantes no DL 214-F/2015, atendendo a que não são normas estatutárias aplicáveis às Forças Armadas, logo não são anuladas pelo constante em 1 do artº 7º